

Bolsa do Rio inicia dia 29

leilão para conversão

O primeiro leilão para conversão da dívida externa em investimento no País será realizado no dia 29, na Bolsa do Rio de Janeiro. O montante do leilão ficará em torno de US\$ 150 milhões e não haverá percentual mínimo de deságio, atitude que visa a aferir o comportamento de mercado, mas que poderá não se repetir no segundo leilão, em abril, na Bolsa de São Paulo.

As regras para este leilão foram decididas após reunião de cinco horas e meia, em Brasília, entre a diretoria do Banco Central e os presidentes das Bolsas do Rio, Sérgio Barcellos, de São Paulo, Eduardo da Rocha Azevedo, e da Comissão de Valores Imobiliário (CVM), Arnold Wald. Serão publicadas sexta-feira as circulares com as regras e, no dia do leilão, as instruções mínimas para participação.

As operações terão de ser liquidadas cinco dias após o leilão e as corretoras que não fizerem dentro do prazo estarão proibidas de participar de qualquer outro leilão de conversão, além de sofrerem uma multa de 0,1% do valor do lance. O deságio será de meio em meio por cento e, segundo Arnold Wald e Sérgio Barcellos, o deságio esperado é de 20% a 35%, devendo situar-se em torno dos 25%.

Basta

Não há ainda definição precisa sobre o montante que, mesmo devendo ficar em US\$ 150 milhões, poderá variar em US\$ 100 a 200 milhões, segundo Wald, que, como Barcellos, espera que o Banco Central de fato não imponha uma percentual mínimo para deságio. "Não há parâmetros para fixação deste percentual, que deve ser estabelecido pelo mercado, que é muito mais inteligente que nossas capacidades individuais", afirmou Barcellos, que clamou por um

basta de interventionismo governamental.

Wald concorda com esta posição, mas admite que, no futuro, até mesmo no segundo leilão, já que este primeiro será uma experiência-piloto, que por isso mesmo não pode ser limitada, possa ser necessário a imposição de deságio mínimo para evitar distorções que possam afetar inclusive a captação de recursos no exterior.

São Paulo

Os leilões de conversão serão realizados mensalmente, sendo o próximo na Bolsa de Valores de São Paulo. Até o final dessa semana, o BC divulga as instruções finais de habilitação para os interessados em participar dos leilões. No caso dos fundos de conversão em capital estrangeiro, o BC estudará, após o comportamento desse primeiro leilão, a necessidade ou não de fixar tetos específicos ou realização de leilões em separado, segundo o presidente da BVRJ.

De acordo com Arnold Wald, a importância de deixar o mercado fixar os lances mínimos no primeiro leilão se deve ao fato do País não ter experiência com esse tipo de operação. "Poderão ocorrer deságios muito altos e deságios muito baixos, dependendo do interesse dos investidores", explicou. Em sua opinião, não há o risco da dívida a ser convertida obter apenas o "valor de face", ou seu valor original. "O País ganha em investimentos, transformando o credor com possibilidades de recebimento em 20 anos, num sócio de risco por um mínimo de 12 anos". De acordo com a legislação em vigor, os créditos convertidos só podem ser repatriados após 12 anos, com direito a remessas de lucros segundo a legislação sobre capital estrangeiro no País.